**AULA 01 TURMA DE QUESTÕES PPBA**

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

- Conceito, classificações, princípios fundamentais
- Direitos e deveres individuais e coletivos
- Direitos sociais
- Nacionalidade
- Direitos políticos
- Partidos políticos

**Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: Câmara de Fortaleza - CE Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Processo Legislativo**

**01) Apesar da longevidade da Constituição do País Alfa, que se autointitulava de democrática, era perceptível um elevado déficit democrático em suas instituições, já que a mesma família ocupava as principais posições de poder há cerca de cinco décadas. A ordem constitucional, em verdade, era funcionalmente delineada para assegurar a continuidade da referida família no poder, estando comprometida com esse objetivo.**

**Ao analisarem a Constituição do País Alfa, observadores externos concluíram corretamente que se tratava de uma Constituição**

A) eclética.
B) nominal.
C) semântica
D) normativa.
E) compromissória.

**Semântica = se manter no poder.**

CLASSIFICAÇÃO DA CF/88:

"**PEDRA FORMAL**"

Quanto ao surgimento: **P**romulgada

Quanto à forma: **E**scrita

Quanto ao modo de elaboração: **D**ogmática (Heterodoxa/Eclética)

Quanto a flexibilidade: **R**ígida

Quanto a extensão: **A**nalítica

Quanto ao conteúdo: **FORMAL/Procedimental**

Quanto ao sistema: Principiológica

Quanto a função: Dirigente

Quanto a origem de decretação: Autônoma

Quanto a correspondência com a realidade: Normativa

Quanto ao conteúdo ideológico: Social

Maleável (STF)

↳ Pois sofre também processos INFORMAIS de alteração constitucional (MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL).

**Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: DNIT Provas: FGV - 2024 - DNIT - Analista Administrativo – Administração**

**02) Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.**

**Entre os direitos e deveres individuais e coletivos, constantes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, encontra-se pertinente que**

A) é livre a manifestação do pensamento, sendo consentido o anonimato.
B) ninguém é obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.
C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar em hipótese alguma.
D) é violável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas.
E) é assegurado a todos o acesso à informação e divulgação da fonte.

**Inviolabilidade domiciliar**

**XI - A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial;**

**Regra: Inviolabilidade domiciliar sem consentimento do morador**

**Exceções:**

**01) Flagrante delito (Qualquer hora do dia ou da noite).**

**02) Desastre (Qualquer hora do dia ou da noite).**

**03) Prestar socorro (Qualquer hora do dia ou da noite).**

**04) Determinação JUDICIAL durante o DIA (Reserva de jurisdição)**

**Artigo 150, §4º, CP - A expressão "casa" compreende:**

**I - Qualquer compartimento habitado;**

**II - Aposento ocupado de habitação coletiva; (Quarto de hotel/motel)**

**III - Compartimento não aberto ao público, onde alguém exerce profissão ou atividade. (Escritório, consultório, boleia de caminhão, Restaurante na área de acesso restrito)**

**§5º - Não se compreendem na expressão "casa":**

**I - Hospedaria, estalagem ou qualquer outra habitação coletiva, enquanto aberta, salvo a restrição do n.º II do parágrafo anterior;**

**II - Taverna, casa de jogo e outras do mesmo gênero.**

**Inviolabilidade das comunicações**

| COMUNICAÇÃO TELEFÔNICA | COMUNICAÇÃO TELEGRÁFICA | CORRESPONDÊNCIA | DADOS/TELEMÁTICA |
|---|---|---|---|
| Somente o JUIZ<br><br>Acesso ao **conteúdo** da comunicação de forma **simultânea**. | Somente o JUIZ | **JUIZ**<br>ou<br>**Diretor do presídio**<br><br>O diretor do presidio terá acesso a cartas dos presos INDEPENDENTEMENTE de autorização judicial. | **SIGILO FISCAL**<br>• JUIZ<br>• CPI<br><br>**SIGILO DE DADOS TELEFÔNICOS**<br>(Whatsapp, direct, email, sms, registro de ligações).<br>• JUIZ<br>• CPI<br><br>**SIGILO BANCÁRIO**<br>• JUIZ<br>• CPI<br>• FISCO (Receita Federal)<br>• MP e TCU **se for relativo a recursos públicos** |

**Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: TJ-DFT Prova: FGV - 2022 - TJ-DFT - Técnico Judiciário - Área Administrativa**

**03) Em razão do iminente risco de uma enchente no Município Alfa, o prefeito determinou que os pacientes internados no hospital municipal fossem levados para um imóvel particular que estava desocupado, situado em local mais elevado, o que se deu sem prévia autorização do proprietário.**

**À luz da sistemática constitucional, a ação do prefeito municipal foi:**

A) correta, pois a função social da propriedade permite o seu uso, pelas autoridades constituídas, sempre que entenderem ser útil para o interesse público;
B) correta, considerando a existência de iminente perigo público, devendo ser assegurado ao proprietário o direito a posterior indenização, se houver dano;
C) errada, pois a propriedade privada, ressalvada a hipótese de desapropriação, não pode ser utilizada sem prévia autorização do proprietário;
D) errada, pois o direito à propriedade é absoluto, salvo se inexistisse qualquer outro imóvel público passível de ser utilizado, o que deveria ser objeto de prova;
E) errada, pois o uso de imóvel privado exige prévia justificativa, declinada em processo administrativo, sendo assegurado ao proprietário o direito à indenização em valor idêntico ao aluguel do imóvel.

**Artigo 5°, XXV, CF - No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ULTERIOR, se houver dano;**

**Ano: 2022 Banca: FGV Órgão: SEFAZ-AM Prova: FGV - 2022 - SEFAZ-AM - Assistente Administrativo da Fazenda Estadual**

**04) Pedro possuía uma dívida e tinha receio de ser preso caso não realizasse o respectivo pagamento. Por essa razão, procurou um advogado e o consultou sobre a possibilidade de o seu temor se concretizar e, consequentemente, vir a ser preso.**

**O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional brasileira, Pedro**

A) não poderia ser preso por dívida, qualquer que seja a origem da obrigação jurídica.
B) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida de obrigação alimentícia.
C) poderia ser preso apenas se não pagasse dívida de obrigação alimentícia, de modo voluntário e inescusável, ou fosse depositário infiel.
D) poderia ser preso por dívida caso a condenação fosse imposta por autoridade jurisdicional e não fosse pago o respectivo valor no prazo estipulado.
E) poderia ser preso apenas se deixasse de pagar, de modo voluntário e inescusável, dívida tributária ou qualquer outra que tenha como credor criança, adolescente ou idoso.

**Artigo 5°, LXVII, CF - Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável (Evitável) de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;**

**Súmula Vinculante 25 = É ILÍCITA a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade de depósito.**

**Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: DNIT Provas: FGV - 2024 - DNIT - Analista Administrativo – Administração**

**05) Os princípios das relações internacionais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletem o compromisso do país com a cooperação pacífica, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a defesa da paz.**

**Com relação aos princípios das relações internacionais, analise os itens a seguir.**

**I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.**

**II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais.**

**III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.**

**Está correto o que se afirma em**

A) I, II e III.
B) I e II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.
E) III, apenas.

**Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: DNIT Provas: FGV - 2024 - DNIT - Analista Administrativo – Administração**

**06) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.**

**Assinale a opção que compreende fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

A) Livre iniciativa.
B) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
C) A garantia do desenvolvimento nacional.
D) A erradicação da pobreza.
E) prevalência dos direitos humanos

**Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: SES-MT Prova: FGV - 2024 - SES-MT - Administrador Hospitalar (Gestão Hospitalar)**

**07) Assinale a alternativa que apresenta apenas direitos sociais previstos expressamente da Constituição Federal de 1988.**

A) Trabalho, lazer e transporte.

B) Moradia, previdência social e família.

C)Alimentação, meio- ambiente e maternidade.

D) Esporte, educação e segurança.

**"ALI TTEMOS LAPS DEMAIS"**

**Ali**mentação
**T**rabalho
**T**ransporte
**E**ducação
**Mo**radia
**S**aúde
**La**zer
**P**revidência **S**ocial
Assistência aos **de**samparados
Proteção a **ma**ternidade e a **i**nfância
**S**egurança (Segurança pública)

**OBS**: O rol de direitos sociais é **exemplificativo**

**Direitos sociais mais recentes** "**TAM**"

**T**ransporte (EC. 90/2015)
**A**limentação (EC. 64/2010
**M**oradia (EC. 26/2000)

**Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: TJ-MS Prova: FGV - 2024 - TJ-MS - Analista Judiciário - Área Fim**

**08) Maria nasceu no território brasileiro quando seus pais, sendo um deles de nacionalidade paraguaia, e o outro de nacionalidade argentina, aqui se encontravam em gozo de férias. Logo após o nascimento, a família retornou ao Paraguai e poucos meses depois passou a residir no México, tendo Maria se naturalizado mexicana ao atingir a maioridade. Ao ser acusada da prática de um crime, Maria fugiu para o território brasileiro, tendo aqui estabelecido residência, o que levou o governo mexicano a requerer a sua extradição.**

**À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Maria:**

A) não pode ser extraditada, por ser brasileira nata;
B) pode ser extraditada, pois ela não tem nacionalidade brasileira;
C) somente não pode ser extraditada caso tenha optado pela nacionalidade brasileira;
D) ainda que tenha se naturalizado brasileira, pode ser extraditada a depender do crime de que é acusada;
E) pode ser extraditada, pois o crime foi praticado em momento anterior a eventual opção pela nacionalidade brasileira.

PROFESSOR JUNIOR TAVARES

## PERDA DE NACIONALIDADE EXCLUSIVA PARA O NATURALIZADO

| **ANTES** DA EMENDA CONSTITUCIONAL 131/2023 | **DEPOIS** DA EMENDA CONSTITUCIONAL 131/2023 |
|---|---|
| Artigo 12, §4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:<br><br>I- Tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional. | Artigo 12, §4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:<br><br>I- Tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de **FRAUDE RELACIONADA AO PROCESSO DE NATURALIZAÇÃO** ou de **ATENTADO CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL E O ESTADO DEMOCRÁTICO.** |

## PERDA DE NACIONALIDADE DO NATO E DO NATURALIZADO

| **ANTES** DA EMENDA CONSTITUCIONAL 131/2023 | **DEPOIS** DA EMENDA CONSTITUCIONAL 131/2023 |
|---|---|
| Artigo 12, §4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:<br>II- Adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos:<br>a) De reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira.<br>b) De imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. | Artigo 12, §4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:<br><br>II - **FIZER PEDIDO EXPRESSO DE PERDA DA NACIONALIDADE BRASILEIRA** perante autoridade brasileira competente, **ressalvadas** situações que acarretem apatridia.<br><br>§5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do §4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei. |

**Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: PC-SC Prova: FGV - 2024 - PC-SC - Delegado**

**09) Marco, italiano, veio para o Brasil em 2001 estudar dramaturgia em São Paulo. Em 2020, após mais de quinze anos de residência ininterrupta no Brasil, Marco solicita e adquire, de forma derivada, a nacionalidade brasileira. Recentemente, Marco foi condenado, por sentença judicial transitada em julgado, em virtude de fraude relacionada ao seu processo de naturalização.**

**Conforme a ordem constitucional vigente, nesta situação hipotética, em decorrência da referida decisão judicial, ocorrerá**

A) a suspensão dos direitos políticos de Marco.
B) a perda dos direitos políticos de Marco.
C) a cassação dos direitos políticos de Marco.
D) o cancelamento da naturalização de Marco, sem qualquer efeito sobre seus direitos políticos.
E) a manutenção da naturalização de Marco, pois o ato de fraude não é considerado atividade nociva ao interesse nacional.

**Art. 15, CF: É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:**

**I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado; PERDE**

**II - incapacidade civil absoluta; SUSPENSÃO**

**III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; SUSPENSÃO**

**IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII; SUSPENSÃO**

**V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, §4º. SUSPENSÃO**

**Ano: 2024 Banca: FGV Órgão: Câmara de Fortaleza - CE Prova: FGV - 2024 - Câmara de Fortaleza - CE - Consultor Legislativo - Direitos Humanos**

**10) Sobre os partidos políticos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).**

**( ) A criação de partidos políticos é restrita, tendo em vista o limite quantitativo e territorial, a fim de resguardar a soberania nacional.**

**( ) É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios.**

**( ) É permitida utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar, tendo em vista a atual polarização.**

**As afirmativas são, respectivamente,**

A) F – F – F.
B) V – V – F.
C) F – V – V.

D) F – V – F.
E) V – F – V.

**Art. 17, CF. É LIVRE a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: [...]**

**§1º É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.**

**§4º É VEDADA a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.**

## JURISPRUDÊNCIA

**Inviolabilidade domiciliar**

**INFO 806 STF:** A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas "a posteriori", que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.

**INFO 606 STJ:** Mera intuição de que está havendo tráfico de drogas na casa não autoriza o ingresso sem mandado judicial ou consentimento do morador.

**INFO 1126 STF:** Não há ilegalidade na ação de policiais militares que — amparada em fundadas razões sobre a existência de flagrante do crime de tráfico de drogas na modalidade "ter em depósito" — ingressam, sem mandado judicial, no domicílio daquele que corre, em atitude suspeita, para o interior de sua residência ao notar a aproximação da viatura policial.

**INFO 800 STJ:** A prova da legalidade e da voluntariedade do consentimento para o ingresso na residência do suspeito incumbe, em caso de dúvida, ao Estado, e deve ser registrada em áudio-vídeo e preservada tal prova enquanto durar o processo.

**INFO 800 STJ:** De acordo com o disposto no art. 5º, XI, da Constituição, a determinação judicial somente pode ser cumprida na casa da pessoa durante o dia. De igual modo, o art. 245, caput, do CPP estabelece que a busca e apreensão deve ocorrer, em regra, durante o dia.

**O que é considerado "dia"?**

Essa questão sempre gerou intensa discussão.

Há os que defendem o critério físico-astronômico, ou seja, dia é o período de tempo que fica entre a aurora e o crepúsculo. Outros sustentam um critério cronológico: dia vai das 6h às 18h.

O advento do art. 22, III, da Lei nº 13.869/2019 deu origem a uma nova corrente, no sentido de que, ao tipificar como crime de abuso de autoridade o cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar entre 21h e 5h, o legislador haveria implicitamente regulamentado o art. 5º, XI, da Constituição e o art. 245 do CPP, para definir como "dia" o período entre 5h e 21h.

O STJ não concordou com essa tese.

Embora não configure o crime de abuso de autoridade, mesmo que realizada a diligência depois das 5h e antes das 21h, continua sendo ilegal e sujeito à sanção de nulidade cumprir mandado de busca e apreensão domiciliar se for noite.

**Inviolabilidade das comunicações**

INFO 899 STF: Dados obtidos com a quebra de sigilo bancário não podem ser divulgados abertamente em site oficial.

INFO 1056 STF: Corregedor Nacional de Justiça pode requisitar dados bancários e fiscais sem prévia autorização judicial.

INFO 815 STF: É possível que o Fisco requisite das instituições financeiras informações bancárias sobre os contribuintes sem intervenção do Poder Judiciário.

INFO 792 STJ: É possível a utilização, no ordenamento jurídico pátrio, de ações encobertas, controladas virtuais ou de agentes infiltrados no plano cibernético, inclusive via espelhamento do Whatsapp Web, desde que o uso da ação controlada na investigação criminal esteja amparada por autorização judicial.

INFO 18 STJ: Sem prévia autorização judicial, são nulas as provas obtidas pela polícia por meio da extração de dados e de conversas registradas no Whatsapp presentes no celular do suposto autor de fato delituoso, ainda que o aparelho tenha sido apreendido no momento da prisão em flagrante.

INFO 590 STJ: INDEPENDE de autorização judicial, se o aparelho é apreendido na BUSCA E APREENSÃO.

A obtenção do conteúdo de conversas e mensagens armazenadas em aparelho de telefone celular ou smartphones não se subordina aos ditames da Lei nº 9.296/96.

O acesso ao conteúdo armazenado em telefone celular ou smartphone, quando determinada judicialmente a busca e apreensão destes aparelhos, não

ofende o art. 5º, XII, da CF/88, considerando que o sigilo a que se refere esse dispositivo constitucional é em relação à interceptação telefônica ou telemática propriamente dita, ou seja, é da comunicação de dados, e não dos dados em si mesmos.

Assim, se o juiz determinou a busca e apreensão de telefone celular ou smartphone do investigado, é lícito que as autoridades tenham acesso aos dados armazenados no aparelho apreendido, especialmente quando a referida decisão tenha expressamente autorizado o acesso a esse conteúdo.

INFO 617 STJ: Mesmo sem autorização judicial, polícia pode acessar conversas do Whatsapp da vítima morta, cujo celular foi entregue pela sua esposa.